



## Informe de Política Exterior Brasileira

Nº 892

21/12/2025 a 27/12/2025<sup>1</sup>



O Observatório de Política Exterior Brasileira (OPEB) é um projeto de informação semanal gerido pelo Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES) e executado por docentes e discentes da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), campus de Franca.

**Em 2009, o OPEB ganhou o prêmio de melhor projeto de extensão na área das Humanidades no V Congresso de Extensão Universitária da UNESP e, em 2011, ficou em 3º lugar na sexta versão do mesmo congresso.**

O informe é uma resenha a respeito das notas à imprensa do Ministério das Relações Exteriores e das notícias que têm por tema central a política exterior brasileira e que foram veiculadas nos periódicos: Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo.

**Coordenação:** Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Bárbara Motta, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Marília Carolina Souza Pimenta.

**Equipe de revisão:** Amauri Marcelo Fernandes Junior, David Crispim Bernardes, Mariah dos Reis Eller Figueira Soares, Pedro Lopes da Ponte e Ríllari Ferreira Castro e Silva.

**Equipe de redação:** Ana Cecília Aquino dos Santos, Arthur Lellys Freire Marques de Freitas, Ícaro Busch Molon Rigo, João Mateus Rodrigues da Costa Dora, Lucas Sandrini Furtado, Luciana Melo dos Santos, Maria Eduarda Cater Souza Monteiro, Maria Eduarda Sales de Paiva, Nara Brisa Aragon Pereira, Rebeca dos Santos Tosta, Robson Abraão Fonsêca Viana, Sthephany dos Santos Diniz e Thaíssa Fernanda de Oliveira Souza.

---

<sup>1</sup>Nos dias 21, 23, 24, 25 e 27 de dezembro não houve notas do MRE. Nos dias 21, 22, 23, 25 e 27 de dezembro não houve notas de PEB.

### **Brasil classificou ações militares dos EUA na Venezuela como violação da Carta da ONU e pediu diálogo**

No dia 23 de dezembro, em Nova York, durante reunião do Conselho de Segurança da ONU, o embaixador brasileiro Sérgio Danese afirmou que a ação militar e o bloqueio naval impostos pelos Estados Unidos nas proximidades da Venezuela constituíram uma violação da Carta das Nações Unidas. O representante brasileiro defendeu que tais medidas fossem cessadas de imediato, em favor de instrumentos políticos e jurídicos. Ademais, o Brasil convidou os dois países para um diálogo genuíno e sem coerção, oferecendo-se para colaborar com consentimento mútuo. A declaração ocorreu após o presidente dos EUA, Donald Trump, ordenar um bloqueio total a navios-petroleiros sancionados que entrassem ou saíssem do território venezuelano ([Folha de S. Paulo - On-line - Mundo - 24/12/2025](#)).

### **Governo Lula adotou postura mais defensiva na política externa diante de pressões dos EUA em 2025**

Ao longo de 2025, o governo brasileiro, diante de um cenário global restritivo e de pressões como tarifas e sanções dos Estados Unidos, recalibrou sua política externa para uma postura mais defensiva e pragmática. Dessa maneira, afastou-se de manifestações assertivas em conflitos de grande escala, como a guerra entre Rússia e Ucrânia, priorizando o diálogo discreto com Washington para distensionar a relação bilateral. Esta inflexão representou um ajuste frente às limitações impostas pela crise do multilateralismo e pela bipolarização global, que reduziram o espaço para a autonomia ambiciosa buscada no início do mandato. A estratégia, no entanto, não foi considerada subserviente, uma vez que o Brasil simultaneamente buscou se proteger comercialmente e conseguiu a suspensão de sanções, embora sua margem de manobra diplomática permaneça limitada pela disputa de influência entre grandes potências na América Latina ([Folha de S. Paulo - On-line - Mundo - 26/12/2025](#)).

---

### **Brasil ressaltou atuação histórica na Comissão de Consolidação da Paz da ONU**

**GEDES**GRUPO DE ESTUDOS DE DEFESA  
E SEGURANÇA INTERNACIONAL

Observatório de Política Exterior Brasileira

No dia 22 de dezembro, por meio de nota à imprensa, o Ministério das Relações Exteriores (MRE) ressaltou o histórico de apoio do Brasil à Comissão para Consolidação da Paz das Nações Unidas (PBC), cujo 20º aniversário foi celebrado em 20 de dezembro. O órgão, criado em 2005, tem o objetivo de coordenar esforços internacionais para reconstrução de países após conflitos. Posteriormente, em 2024, o Brasil presidiu a Comissão, período em que buscou ampliar seu impacto com discussões sobre prevenção de conflitos e investimentos. Atualmente, o país exerce a vice-presidência, reafirmando o papel fundamental da PBC no combate às causas da instabilidade.

### **Governo brasileiro ampliou acesso agropecuário a quatro mercados**

No dia 22 de dezembro, por meio de nota à imprensa conjunta, os ministérios das Relações Exteriores (MRE) e da Agricultura e Pecuária (Mapa) informaram a conclusão de negociações fitossanitárias com Marrocos, Iraque, Singapura e Argentina. Inicialmente, as autoridades dos três primeiros países aprovaram a exportação brasileira de feno, um insumo relevante para alimentação animal. Em seguida, a Argentina aprovou a entrada de bulbos de cebola do Brasil. Consequentemente, o agronegócio brasileiro totalizou 525 aberturas de mercado desde o início de 2023, como resultado direto do trabalho coordenado entre os dois ministérios.

### **Brasil acolheu relatório da CIDH sobre liberdade de expressão**

No dia 26 de dezembro, por meio de nota à imprensa, o Ministério das Relações Exteriores (MRE) acolheu a publicação do relatório especial da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) sobre a liberdade de expressão no Brasil. O documento resultou de uma visita realizada em fevereiro, a convite do governo brasileiro, que ofereceu apoio e possibilitou reuniões com diversas autoridades e segmentos da sociedade. Conforme o relatório, o país possui instituições democráticas fortes e cumpriu os padrões internacionais, sendo este cenário um pré-requisito para a situação positiva do direito em questão. Além disso, o texto destacou a capacidade do Estado de Direito brasileiro em garantir a liberdade de expressão mesmo após os eventos de 2022. Por fim, o governo reafirmou seu compromisso com os direitos humanos e informou que considerará as recomendações do relatório para aprimorar continuamente suas políticas.